

A importância dos trabalhos de educação cooperativista para a extensão rural

The importance of the work of cooperativist education to rural extension

La importancia del trabajo de la educación cooperativista para la extensión rural

*Palloma FERREIRA ROSA**

*Nora Beatriz PRESNO AMODEO***

*Diego NEVES DE SOUSA****

Resumo

A educação cooperativista é o processo de aprendizagem que vai além de meros discursos e explicações e valoriza de igual modo o lado social, empresarial e as demandas específicas de formação das organizações e dos associados. No caso das cooperativas agrárias, as demandas de formação correspondem às ações direcionadas aos produtores rurais. Este estudo objetiva analisar a contribuição dos instrumentos de educação cooperativista à extensão rural e descrever a relação da educação cooperativista junto à atuação da Empresa de Assistência e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. Metodologicamente, utilizou-se da pesquisa exploratória e da técnica do questionário enviado a 452 cooperativas agrárias durante 2011 e 2012. Entre os resultados, evidencia que o desenvolvimento de trabalhos de educação cooperativista realizado pelas organizações tem se revelado como trabalhos extensionista, proporcionando benefícios às cooperativas que buscam viabilizar em seu cotidiano as orientações e capacitações recebidas.

Palavras-chave: cooperativas agrárias, educação cooperativista, extensão, extensão rural, gestão cooperativa.

Abstract

The cooperativist education is the learning process that goes beyond mere speeches and proposals and values, similarly, the social and business side and the specific demands of the training of organizations and partners. Regarding agricultural cooperatives, the training demands correspond to actions

* Magíster en Extensión Rural de la Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente de la Universidade Norte do Paraná (Unopar). Correo electrónico: pallomarf@yahoo.com.br

** Doctora en Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade de la Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Docente del Departamento de Economía Rural de la Universidade Federal de Viçosa (UFV). Correo electrónico: npresno@ufv.br

*** Magíster en Extensión Rural de la Universidade Federal de Viçosa (UFV). Analista de la Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Pesca e Aquicultura. Correo electrónico: diegocoop@hotmail.com

Cómo citar este artículo: Ferreira Rosa, P., Presno Amodeo, N. B. y Neves de Sousa, D. (2012). A importância dos trabalhos de educação cooperativista para a extensão rural. *Revista Cooperativismo & Desenvolvimento*, 20(101), 11-27.

directed to rural producers. This study is done in order to analyze the contribution of cooperative education tools to the rural extension and describe the relationship of cooperative education and performance of the Empresa de Assistência y Extensión Rural of the Department of Minas Gerais. Methodologically, it was used for exploratory research and for the technique of the questionnaire sent to 452 agricultural cooperatives throughout 2011 and 2012. Among the results is evidenced that the development of cooperative education works done by organizations has been shown as extension jobs providing benefits to cooperatives looking to daily make viable the guidance and training received.

Keywords: agricultural cooperatives, cooperativist education, extension, rural extension, cooperative management.

Resumen

La educación cooperativista es el proceso de aprendizaje que va más allá de meros discursos y planteamientos, y valora, de igual modo, el lado social, empresarial y las demandas específicas de formación de las organizaciones y de los asociados. En cuanto a las cooperativas agrarias, las demandas de formación corresponden a las acciones direccionadas a los productores rurales. Este estudio se hace con el fin de analizar el aporte de los instrumentos de educación cooperativa a la extensión rural, y describir la relación de la educación cooperativa y la actuación de la Empresa de Assistência y Extensión Rural del Departamento de Minas Gerais. Metodológicamente, se utilizó la investigación exploratoria, y para la técnica el cuestionario enviado a 452 cooperativas agrarias durante el 2011 y el 2012. Entre los resultados se evidencia que el desarrollo de trabajos de educación cooperativa realizado por las organizaciones se ha mostrado como trabajos extensionistas proporcionando beneficios a las cooperativas que buscan viabilizar diariamente las orientaciones y capacitaciones recibidas.

Palabras clave: cooperativas agrarias, educación cooperativista, extensión, extensión rural, gestión cooperativa.

Descriptor alfanuméricos (JEL codes): I250 – Education and Economic Development; R110 – Regional Economic Activity; R580 – Regional Development Planning and Policy.

Recibido: 13 de marzo del 2012 **Aprobado:** 15 de junio del 2012

Introdução

A educação cooperativista sempre foi uma ação relevante para as cooperativas e, por isso, merecedora da atenção de estudiosos presentes no mundo todo. Antes mesmo de ser oficialmente criada a primeira cooperativa em 1844, a sociedade dos *Probos Pioneiros de Rochdale Ltda.*, os então chamados socialistas utópicos, como Robert Owen e Charles Fourier, já colocavam na pauta de suas discussões, seja nos grupos

de estudo ou de trabalho, aspectos relativos à educação do homem, principalmente no que diz respeito à valorização humana, com vistas à melhoria das condições de vida do tecido social. Nas próprias palavras de Owen, “a educação seria a pedra filosofal capaz de transformar o comportamento existencial da sociedade e criar uma estirpe nacional de cidadãos” (Owen *apud* Klaes, 2005, p. 51).

Influenciados diretamente pelos socialistas utópicos e comungando com alguns de seus pressupostos, os próprios Pioneiros percebiam na educação cooperativista uma das bases para o desenvolvimento das cooperativas, propondo-a como um dos princípios ou regras para garantir seu funcionamento e, para que pudesse ser viabilizada, manifestaram a necessidade da criação de um fundo específico que a financiasse. Assim, foi adotado pelo movimento cooperativo mundial um fundo, conhecido na lei brasileira como Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates).

Desde a criação das cooperativas até os dias atuais, a educação cooperativista é um dos princípios mantidos por estas organizações mesmo com algumas modificações introduzidas pelas Assembleias Internacionais da Aliança Cooperativista Internacional (ACI) de: 1934 (Londres), 1937 (Paris), 1966 (Viena) e 1995 (Manchester – Congresso do Centenário da ACI) (Pinho, 2003).

Foi na última modificação dos princípios cooperativistas, ocorrido em 1995, em assembleia democraticamente realizada com a participação das cooperativas associadas à ACI do mundo todo, que o 5º princípio cooperativista ficou descrito sob o seguinte título: *Educação, Treinamento e Informação*. Este princípio passou a ter a seguinte redação, definida pela ACI (1995, s.p.):

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus cooperados, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas

cooperativas. Informam o público geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação (ACI – Aliança Cooperativista Internacional, 1995, s.p.).

Desse modo, amplia-se não só o significado, mas também o conteúdo da educação cooperativista, incluindo, além dos associados, os administradores, executivos e os empregados das cooperativas. A assembleia recomenda, ainda, que os benefícios do cooperativismo sejam difundidos ao público, em especial aos jovens e aos líderes das comunidades, onde as cooperativas estão presentes.

É nesse sentido que Valadares define a educação cooperativista

[...] como um processo e um método para formular e executar políticas de educação cujas características se referem a aspectos essenciais à prática da cooperação: a gestão democrática. Compreende o processo propriamente dito de preparação e adoção de planos e estratégias por decisões das bases cooperativistas e dos dirigentes e sua execução por parte do órgão responsável pela administração do serviço educacional e pelo esquema de organização comunitária adotado pela cooperativa (Valadares, 2005, p. 33).

Dada a importância da educação cooperativista para essas organizações, e por se tratar de uma atividade específica —distinta das atividades econômicas que são próprias das cooperativas, o que pode impor dificuldades e complicações próprias—, indagamos aqui como ela é implementada e preocupamo-nos especialmente do caso das cooperativas agrárias mineiras.

As cooperativas agrárias são organizações econômicas geridas por e para os seus membros. Trata-se de organizações que funcionam articulando o acesso dos produtores aos mercados e organizando serviços para os seus associados que contribuem para a viabilidade econômica das propriedades e/ou o aumento da qualidade de vida.

Obviamente, são as próprias cooperativas agrárias as responsáveis pela educação cooperativista, mas existe todo um leque de outras organizações que auxiliam ou complementam as atividades das cooperativas. São aquelas organizações que, de uma forma ou outra, estão focadas no desenvolvimento socioeconômico da cooperativa. Dentre as que se dedicam à promoção da educação dentro de seus respectivos espaços de atuação no Estado de Minas Gerais, podem ser citadas a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), algumas organizações pertencentes ao Sistema S,¹ como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), algumas Instituições de Ensino Superior, a Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), as Incubadores Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) e Organizações Não Governamentais (ONGs) de alcance regional. Percebe-se, dessa forma, que os trabalhos de educação

cooperativista realizados junto às cooperativas agrárias, muitas das vezes, pelo seu objetivo e pelo público, podem ser considerados atividades de extensão rural. Assim, este estudo tem como objetivo analisar a contribuição dos instrumentos de educação cooperativista à extensão rural e, especificamente, descrever a relação da educação cooperativista junto à atuação da Emater-MG nesse campo.

Metodologia

Na fase exploratória da pesquisa e com o objetivo de identificar se existe alguma relação das atividades de educação cooperativista que são realizadas junto às cooperativas agrárias, com os trabalhos de extensão rural, foram enviados questionários, que continham 24 questões entre fechadas e abertas, a 452 cooperativas agrárias do Estado de Minas Gerais, tanto àquelas filiadas à Organização de Cooperativas de Minas Gerais (OCEMG),² quanto às outras, cujo contato foi estabelecido observando-se os endereços de cooperativas agrárias disponíveis na Tetelista.net.³ Deste montante enviado, obteve-se

¹ São todas entidades privadas de interesse público, dedicadas cada uma a um segmento social específico e geralmente vinculados e dirigidos pelos sindicatos patronais correspondentes.

² A OCEMG edita anualmente seu Anuário, no qual é possível obter as principais informações econômicas do cooperativismo mineiro. Apresenta o *ranking* das cooperativas mineiras em categorias como número de associados, empregados, receitas totais, salários médios de empregados, sobras de exercício e riqueza gerada por associados, entre outros, além de fazer referência a indicadores de desempenho das cooperativas em relação ao quadro social, funcional, financeiro, operacional e contribuições para a sociedade. Em seu interior é possível encontrar também o endereço das cooperativas dos diversos ramos do cooperativismo, filiadas à OCEMG. Essa filiação é obrigatória por lei, embora muitas cooperativas optem por não fazê-lo, daí a opção de procurar cooperativas em outras fontes (Anuário, 2008).

³ O endereço eletrônico da Tetelista.net é <http://www.tetelistas.net>, que possui em seu conteúdo endereços de empresas, profissionais e pessoas de todo o Brasil.

o retorno de 51 questionários. Assim, o questionário enviado às cooperativas foi dividido nas seguintes partes: em primeiro lugar, as perguntas foram direcionadas a identificar a atual situação das cooperativas relacionada à realização ou não de educação cooperativista; pretendia-se paralelamente identificar quais tipos de atividades eram consideradas do campo da educação cooperativista. Em um segundo momento, as perguntas visavam a determinar quais eram as organizações que contribuíam na realização do trabalho de educação cooperativa junto às cooperativas. Também se buscou identificar os tipos de atividades que essas organizações realizam e desenvolvem com as cooperativas. E, por fim, verificar em que âmbitos os efeitos da educação cooperativista são percebidos e quais os desdobramentos dessa educação para os empreendimentos cooperativos agrários.

Instrumentos da Educação Cooperativista e seus conteúdos

Capacitação/Formação Cooperativista

Neste tópico é oportuno salientar as observações feitas pela ACI, por meio de sua comissão especial formada em 1966, sobre determinadas considerações a respeito da educação cooperativista. Esta Comissão parte da concepção de que a verdadeira educação cooperativista deve ir além da mera educação formal apontando a necessidade da realização de um processo permanente de aprendizagem cooperativa, que transcenda a educação institucionalizada presente nas universidades e escolas.

Consonante a isso, Desroche enfatiza que:

Em nível cooperativo, tal visão pedagógica se caracteriza pela dualidade da formação cooperativa, que, por um lado, apresenta centros, institutos e universidades que oferecem oportunidades de formação cooperativa, com frequência sem contatos com o movimento cooperativo e, por outro, a condição autodidata de dirigentes e executivos de cooperativas que não recebem ou recebem de forma inadequada e incompleta a formação e a capacitação necessárias para o manejo econômico e social das cooperativas (Desroche *apud* Schneider, 1999, p. 209).

Visto sob esse ângulo, a ACI realiza a seguinte indagação: *Quem deve ser o responsável pela educação cooperativista?* Para a comissão especial, todos são diretamente responsáveis pela educação e reeducação cooperativa. Desse modo, enfatiza que, em primeiro lugar, devem vir os cooperados, que por meio da utilização de metodologias adequadas de educação de adultos devem ser participativos nas discussões, nos núcleos regionais, trabalhos de grupos, cursos, seminários, congressos, palestras, reuniões, pré-assembleias e assembleias, entre outros meios de participação dos membros, que lhes permitam atuar de maneira mais incisiva na vida de suas cooperativas.

Os dirigentes, executivos e funcionários são posicionados em segundo lugar. E deles tem se exigido cada vez mais uma adequada formação técnica e universitária, complementada com a formação específica sobre as cooperativas e sua administração específica. Assim, segundo a comissão, torna-se mais

desafiante para um profissional gerir uma cooperativa do que uma empresa capitalista, isso porque exige de tal profissional determinados conhecimentos que não são necessários quando se trata de uma empresa de capital.

Em terceiro lugar, e não menos importante, precisa-se capacitar a própria comunidade em geral, de onde advém o candidato potencial a associado(a), que também deve ser alvo da educação cooperativista (Schneider, 1999).

Em linhas gerais, a educação cooperativista promove um papel protojônico para os associados nas organizações cooperativas e a cooperação como estratégia de desenvolvimento. No entanto, para que se viabilize a participação dos associados na gestão da cooperativa, a capacitação em determinados conteúdos vinculados à gestão econômica das organizações é necessária.

É fácil perceber, dessa forma, que a capacitação cooperativista é específica para esse tipo de organização socioeconômica e deve ser adequada ao público ou à cooperativa individualmente. Uma simples capacitação em gestão empresarial não seria adequada, assim como também não o seria uma capacitação que só enfatize a discussão dos aspectos sociais da organização. Assim, as capacitações precisam ser realizadas levando em consideração as múltiplas facetas da questão cooperativa e, essencialmente, ensinar ao cidadão comum a cooperar, a administrar seu próprio empreendimento econômico para, em última instância, conseguir democratizar a economia (Amodeo, 1999).

Desse modo, as capacitações realizadas precisam considerar que os diferentes pú-

blicos presentes nas cooperativas exigem necessariamente conteúdos educativos que sejam ministrados em atendimento às suas demandas e características específicas.

Isto posto, outra pergunta, complementar à primeira, é realizada pela ACI: *O que se deve entender por educação cooperativista?* E a própria instituição responde ao mencionar que “toda atividade que desperta o interesse comprometido dos associados já é em si um método de educação” (ACI, 1995, p. 10). E esta noção se aplica, da mesma forma, às diversas atividades de natureza econômica, social, cultural e, de modo especial, aos cursos, seminários e trabalhos de grupo, organizados, por exemplo, pelos comitês de educação (Schneider, 1999).

Em sequência, menciona-se que estas atividades precisam, acima de tudo, ser bem planejadas e ter objetivos claros, para que os conteúdos abordados possam contemplar tanto os aspectos econômico-administrativos como os aspectos sociais. E, nesse sentido, a recomendação é para se utilizar de métodos pedagógicos que estimulem a participação constante dos associados nos processos de ensino-aprendizagem.

Assim, é fácil perceber que a participação

[...] é o objetivo e o meio para se constituir e manter uma cooperativa. Objetivo, porque é justamente com a finalidade de participar da riqueza e benefícios gerados pelo seu trabalho que as pessoas se unem nessa forma de sociedade. E meio, porque somente através da efetiva, consciente e responsável participação de todos os associados se obterá o sucesso das metas

socioeconômicas do empreendimento cooperativo (Santos, s.d, pp. 12-13).

Watkins enfatiza que os conteúdos da educação cooperativista devem estar direcionados a: i) uma informação que seja adequada, completa e sobretudo atualizada sobre o que sucede na cooperativa; ii) conhecimento técnico em atendimento às peculiaridades da dupla natureza da cooperativa, como empreendimento econômico e como sociedade de pessoas; iii) a necessidade de conhecimento tanto sociológico, como econômico da cooperação, demonstrando que é um fenômeno social entre muitos outros; e iv) conhecimento sobre as histórias das origens e da evolução do Movimento Cooperativo (Schneider, 1999).

Ao se pensar acerca dos conteúdos da educação cooperativista, Schneider (2003) acrescenta que

[...] devem levar em conta tanto a formação cooperativista quanto a prática da cooperação, com suas metodologias e estilos adequados de condução do processo cooperativo. A educação doutrinária é fundamental, pois é ela que, por meio dos seus valores e princípios, dá sentido a todo o processo, que incentiva e direciona todas as atividades e práticas cooperativistas em prol de maior bem-estar e dignidade das pessoas que compõem a cooperativa. É o trabalho sobre os valores e os princípios do cooperativismo que cria entre os agentes da cooperação a afinidade mental e afetiva que os motiva a cooperar e a continuar cooperando. Porém, a dimensão doutrinária, para atingir com eficiência seus objetivos, requer o uso de práticas, de

metodologias e de tecnologias adequadas (Schneider, 2003, p. 14).

Portanto, e como apresentado até aqui, a educação cooperativa é um processo contínuo de aprendizagem, que deve abranger públicos distintos (funcionários, dirigentes, associados, comunidade) e com diferente nível educativo, haja vista que existem determinadas demandas que são específicas para cada um desses públicos e que por isso exigem conteúdos variados —de gestão empresarial, de gestão social, participação, cooperação, produção— nas propostas de capacitação/formação apresentadas, que a faz muito complexa e especializada.

Organização do Quadro Social

A Organização do Quadro Social (OQS) é uma prática educativa reconhecida pelos interlocutores das cooperativas e por órgãos de representação do cooperativismo, por ser primordial no desenvolvimento de trabalho educativo de capacitação e formação dos associados, contribuindo diretamente para o avanço da participação dos membros associados na organização. É uma forma de organizar a gestão social muito utilizada nas cooperativas agrárias. Se bem conduzida, a OQS pode viabilizar importantes espaços de capacitação e participação do quadro social e aumentar, de maneira considerável, o envolvimento direto de diferentes grupos de produtores rurais associados no processo de tomada de decisão e controle da gestão empresarial de cooperativas. Assim, além de ser um instrumento de educação cooperativa, a

OQS pode funcionar como importante canal para o desenvolvimento de trabalhos de extensão rural.

Sob a denominação Organização do Quadro Social, se incluem diversas práticas que têm por objetivo a formação de uma nova instância de exercício de poder nas cooperativas, além das instâncias usualmente encontradas. Estas práticas conduzem à formação de Comitês Educativos, ou Conselhos de Representantes, que, a despeito de diferentes formas organizacionais e particularidades no seu funcionamento, estão orientados pelos mesmos objetivos: estruturar um espaço de poder na cooperativa, viabilizando a participação democrática do maior número de associados na gestão do empreendimento cooperativo (Valadares, 1995, p. 47).

Isto porque a institucionalização da prática de OQS nas cooperativas significa uma instância a mais de participação, porém de caráter menos formal que as assembleias, no ambiente da organização. A OQS viabiliza a ampliação do exercício do poder na cooperativa e conduz as novas formas de controle democrático e de participação dos associados na vida de suas cooperativas. Geralmente, organizam-se comissões locais em diferentes lugares da área de influência da cooperativa, constituídas por associados, que se reúnem periodicamente para obter informações de sua organização e dos produtos, discutir questões do seu interesse vinculadas à cooperativa, receber capacitação em diversos aspectos, incluindo questões técnico-produtivas. É passível de mencionar que, por meio da instrumentalização da OQS nas cooperativas agrárias, três conteúdos

são diretamente contemplados: a gestão social, a gestão empresarial e a assistência técnica. A educação cooperativista referente ao ramo agropecuário dispensa atenção de modo especial às capacitações vinculadas com assistência técnica direcionada aos produtores associados, visando a influenciar nos processos produtivos das propriedades dos cooperados.

Nesse contexto, a educação e a informação permanentes dos associados adquirem um lugar de destaque.

As práticas de organização do quadro social, viabilizadas por intermédio de arranjos institucionais como Comitês Educativos, e direcionadas para ampliar as possibilidades de envolvimento direto de diferentes grupos de produtores rurais associados no processo de tomada de decisão e controle da gestão empresarial de cooperativas, traz implicações políticas significativas na conformação do conflito entre grupos dominantes e dominados em espaços regionais da área de ação da cooperativa (Valadares, 1996, p. 11).

Assim, se, por um lado, a implementação dessa prática educativa pode significar para os agricultores familiares maiores possibilidades de acesso a bens e serviços prestados pelas cooperativas, por outro lado, para os grandes produtores, a participação pode assumir ares de ameaça; isso devido à introdução de novos atores sociais que passam a participar mais ativamente do processo decisório da cooperativa (Valadares, 1996). Por isso, essa importante prática educativa pode ser comprometida pela ação de forças contrárias à sua real implementação.

Ainda segundo Valadares (1996), para dar vida aos trabalhos relacionados à OQS, muitas cooperativas agrárias estão criando um departamento próprio ou Comitê Educativo, que se encontra vinculado diretamente ao conselho de administração, responsável por assumir as atividades relativas ao desenvolvimento social e político dos associados, no intuito de prepará-los, por meio das atividades de capacitação, para que possam atuar como verdadeiros donos e usuários do empreendimento cooperativo.

O crescimento do número de associados das cooperativas agrárias tem provocado o distanciamento dos associados de suas cooperativas e tem reduzido, dessa forma, sua participação. Assim, muitas cooperativas têm buscado estabelecer, de maneira institucional, a formação de subgrupos em várias localidades pertencentes ao seu âmbito de atuação, com o objetivo de melhorar as condições de participação dos associados, o que permite, desse modo, enfrentar em grupo os aspectos burocráticos da cooperativa e se constituem, nas palavras de Valadares (1996, p. 17), “em um canal através do qual os associados podem expressar suas necessidades, desejos e inquietudes, além de constituir um meio de comunicação e informação importante entre os dirigentes e as bases sociais”.

Relações entre a Educação Cooperativista e a Emater-MG

A trajetória da Emater-MG se confunde com a própria história da extensão rural no Brasil. Nesse sentido, como sua antecessora, pode-se citar a Associação

de Crédito e Assistência Rural de Minas (Acar) fundada em 1948, para disseminar-se posteriormente pelos demais Estados do Brasil. Tal instituição foi pioneira no que diz respeito à assistência técnica e extensão rural no país, com seus trabalhos direcionados para a “introdução de novas técnicas de agricultura e economia doméstica, de incentivo à organização e de aproximação do conhecimento gerado nos centros de ensino e de pesquisa aos produtores rurais” (Emater, 2009, s.p.).

As “Acares” seriam substituídas pelas “Emateres” em 1975 ao deixarem de funcionar como associações para se constituírem em empresas estatais de prestação de serviços aos produtores rurais e suas famílias.

Minas Gerais foi o palco desta primeira experiência, por meio de um convênio celebrado com a American International Association (AIA) for Economic and Social Development, dos Estados Unidos, que colaborou decisivamente para a concretização deste processo.

Em todos os países que adotaram a extensão rural, a influência norte-americana quanto à filosofia, aos princípios, aos métodos e à utilização dos meios de comunicação foi marcante. A partir desta influência, a Acar conseguiu estabelecer uma experiência inovadora em Minas Gerais, ao definir a família do produtor como foco da ação dos extensionistas e não os produtos por elas gerados, além de conjugar pioneiramente assistência técnica e crédito rural (Emater, 1999, p. 5).

Este foco permanece até os dias atuais, embora o contexto histórico tenha modifi-

cado em cada situação vivida o perfil destas intervenções e as consequências positivas e por vezes negativas deste processo.

A Emater-MG foi importante incentivadora da organização e do desenvolvimento de grupos associativos, como as cooperativas e associações. Primeiro, em consonância com a mentalidade disseminada na década de 1970 e 80, em que as organizações de produtores rurais eram consideradas instrumentos viabilizadores do almejado “desenvolvimento rural”; também, baseados no que a própria experiência tem demonstrado, através do trabalho coletivo, é possível alcançar maiores benefícios que trabalhando de forma isolada. Assim, promovem-se organizações já que teriam maior poder de barganha na comercialização dos produtos, na compra de insumos necessários à produção, o que possibilitaria melhores oportunidades de geração de renda e, assim, encontraria, no seu próprio meio, as condições sociais de reprodução, com qualidade de vida. Adicionam-se a isso oportunidades de melhores condições de acesso às políticas públicas para este segmento, isto porque, dependendo das especificidades, estas políticas estão geralmente direcionadas para grupos de indivíduos que se encontram de alguma maneira organizados.

Dentro desse contexto, existe o entendimento também de que o atendimento individual às famílias rurais é mais oneroso. Assim, os programas de orientação ao produtor foram desenvolvidos, em sua grande maioria, em torno de demonstrações de alcance coletivo. Outra premissa

que vai ao encontro desta é a de que “as pessoas em grupo aprendem com mais facilidade e se habitam a resolver problemas comuns em conjunto, fortalecendo o espírito comunitário” (Renault e Santana, 1996, p. 5).

Neste ponto, deve-se enfatizar que o público preferencial da Emater-MG na atualidade —seguindo o que estabelece a Política Nacional de Extensão Rural— são os agricultores familiares, quilombolas e os assentados da reforma agrária. Nesse marco, além de promover a melhoria na qualidade de vida e da produção e produtividade das propriedades rurais, junto a esses produtores e suas famílias de modo sustentável, a Emater tem ainda o compromisso de assessorar as formas organizativas, com o objetivo de promover a participação dos produtores rurais na condução de programas e projetos de desenvolvimento social e econômico.

Para tanto, mobilizam os produtores rurais para participarem de cursos e treinamentos profissionalizantes, palestras, reuniões, dias de campo, encontros técnicos, Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP) e eventos. O conteúdo destas atividades pretende atender às necessidades dos produtores rurais na condução dos trabalhos desenvolvidos no dia a dia em suas propriedades, na inclusão de programas que garantam certificação de seus produtos e conseqüentemente sua melhor aceitação pelo mercado consumidor, no uso de tecnologias certas para cada tipo de processos produtivos, educação ambiental, economia familiar, associativismo/cooperativismo, entre outras.

No que se refere à área de competência da Emater-MG, relacionada ao associativismo/cooperativismo, as orientações tendem a disseminar a ideia da importância do trabalho conjunto e da cooperação para as comunidades rurais. Para tanto, utilizam-se alguns materiais de cunho educativo como suporte a estes trabalhos, tais como, folders e cartilhas, que pretendem ser autoexplicativos e de fácil entendimento. Os assuntos abordados contemplam a parte relativa à gestão cooperativa e associativa, com ênfase no aspecto empresarial destas organizações, com conteúdos sobre legislação tributária, sobre a constituição e legalização, as diferenças entre associação e cooperativa e o passo a passo para a criação desses empreendimentos, seu funcionamento, a doutrina cooperativista e os princípios e valores. No entanto, a ênfase principal da Emater está na assistência técnica aos produtores rurais e, portanto, é nesse aspecto que ela articula suas ações com as cooperativas e seus cooperados, sendo eles, na condição de produtores, seu público privilegiado.

Mas aqui tenta-se aprofundar nas possíveis relações entre educação cooperativista e extensão rural, para o qual se deve também considerar a própria definição de extensão rural. Nesse sentido, Dias (2007) afirma que

Extensão rural é um conjunto bastante diverso de concepções e de práticas que se expressam em serviços técnicos e especializados de assistência, assessoria, apoio e consultoria, ofertados por organizações públicas ou privadas a uma enorme diversidade de tipos de agricultores. O que é (ou o que pode ser extensão rural) está em

dependência do agente que presta o serviço e da concepção ou do objetivo que orienta suas práticas. Apesar desta diversidade, uma característica parece ser comum a esta variedade de concepções e práticas de extensão rural: a missão de promover o desenvolvimento (Dias, 2007, p. 2).

Dessa forma, educação cooperativista, como está sendo colocada neste estudo, poderia ser considerada um tipo específico de extensão rural, quando orientada ao desenvolvimento de organizações cooperativas e seus associados, com a cooperação e participação como linhas orientadoras.

Vale ressaltar que a Emater não se reconhece como uma organização que realize educação cooperativista, embora as cooperativas a assinalem como uma de suas parceiras no que as cooperativas designam por educação cooperativista. Como as cooperativas agrárias estão constituídas por produtores rurais e comercializam e/ou processam o que eles produzem, o aumento da produtividade e/ou qualidade da produção afeta diretamente o empreendimento econômico e, por isso, consideram que faz parte do seu papel “educador” promover uma “melhora” da capacidade produtiva dos seus associados e, para isso, possibilitam a assistência técnica. Dessa forma, a Emater se apresenta como parceira natural nessas atividades.

Portanto, a Emater, pela sua própria natureza extensionista, apresenta uma longa trajetória na instrumentalização da educação cooperativista, por buscar desenvolver ações de promoção da cooperação com grupos de produtores e fomentar

o trabalho coletivo e a cooperação entre os indivíduos; especialmente porque as questões atinentes à assistência técnica produtiva são consideradas pelas cooperativas agrárias parte dos conteúdos da educação cooperativista e o Fates, frequentemente, financia essas atividades.

A percepção das cooperativas agrárias

Outras informações podem também ser extraídas com base na compilação das respostas aos questionários, o que permite obter um panorama geral de como estaria estruturada a educação cooperativista nas cooperativas respondentes, ao tomar como referência o ponto de vista apresentado pelos próprios interlocutores das cooperativas.

De acordo com as respostas obtidas, 22,2% dos informantes apontam que a educação cooperativista possibilita maior envolvimento dos cooperados nas decisões e um número importante (21%) reconhece que ela permite o aprofundamento da comunicação entre o associado e a cooperativa. Outros 19% dos respondentes afirmaram que, por meio da educação cooperativista, é possível difundir os princípios e valores cooperativistas e o aprimoramento da capacitação técnico-produtiva dos cooperados. Corroborar-se, com base neste último dado, que as cooperativas pertencentes ao ramo agropecuário incluem dentro das responsabilidades concernentes à educação cooperativista a assistência técnica direcionada aos produtores associados. Outros 13% consideram que esta educação permite também obter melhorias da gestão econômica da cooperativa.

Com 5% aparecem os que acreditam ser a união das alternativas anteriores, o que aponta também a possibilidade de maior adesão dos cooperados no dia a dia da cooperativa, que se tornam mais comprometidos com o empreendimento e ainda destaque para as possibilidades de concretizar parcerias imprescindíveis para um melhor desempenho no mercado. O gráfico 1 permite visualizar os dados descritos acima e evidencia o papel da educação cooperativa.

Dentre os interlocutores das cooperativas que responderam positivamente quando perguntados se realizam educação cooperativista, isto é, 49% do total dos entrevistados, 33% assinalaram que a forma mais utilizada para sua concretização é o desenvolvimento de ações educativas, em atendimento às diversas demandas e aos campos de atuação da cooperativa. Essas ações agrupam palestras, cursos, encontros e eventos (ver gráfico 2).

Um número expressivo (17,4%) dos respondentes afirma desenvolver a prática de educação cooperativista por meio da realização de projetos/programas/convênios, como o Projeto Cultura da Cooperação do Sebrae, do Educampo, de assistência técnica; programas de integração comunidade-cooperativa, de inclusão digital e educação cooperativista nas escolas e convênios mantidos com instituições como o SESCOOP, Sebrae, Emater e Senar. É apontada ainda de modo significativo pelos respondentes a prática de OQS com uma porcentagem de 13% e também a realização de dias de campo com um percentual de 10,9%. Por meio também de informativos

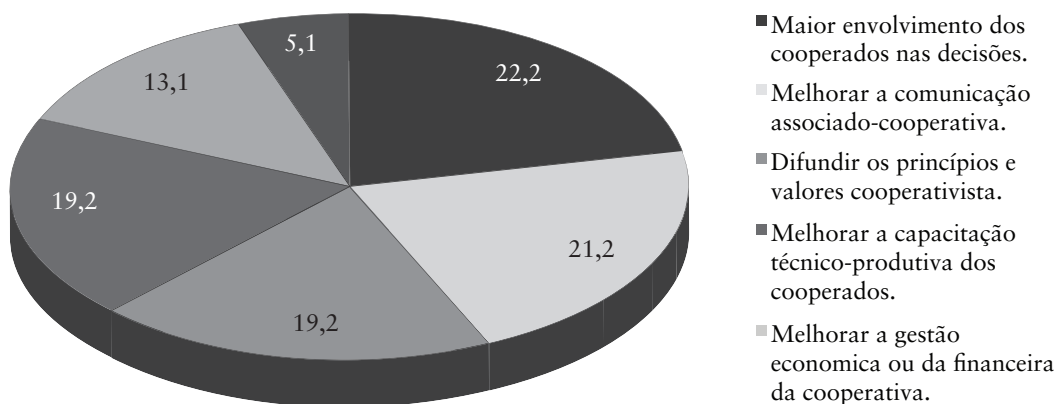


Gráfico 1. Papel da Educação Cooperativista

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2009

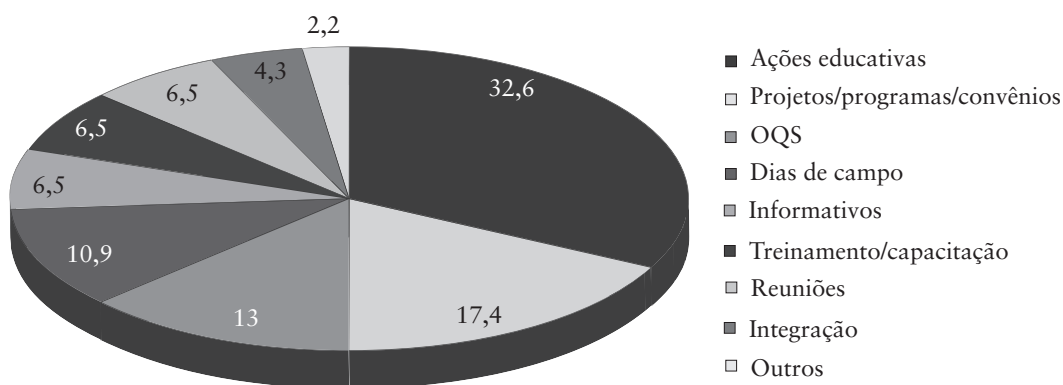


Gráfico 2. Forma em que as atividades de educação cooperativista são realizadas

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2009

(6,5%), como: encartes e jornais locais, treinamento/capacitação (6,5%), através da realização de reuniões periódicas promovidas pela diretoria e técnicos com grupos de associados (6,5%), sendo outro meio utilizado a integração entre os funcionários, cooperados e órgãos sociais como as comissões de produtos.

Nesse sentido, tornou-se determinante identificar os meios de realização da OQS, pela importância como ferramenta de

participação e educação cooperativista, especialmente porque esta prática foi e ainda é desenvolvida de modo especial pelo ramo agropecuário. Constatou-se, através da pesquisa, que o desenvolvimento da OQS é feito prioritariamente por meio de comitês educativos, grupos de produtores rurais e núcleos locais. Em menor medida, recorre-se a comissões por produtos e serviços, bem como a comissões regionais e de representantes.

A forma como as cooperativas pesquisadas desenvolvem a OQS e sua frequência é apresentada no gráfico 3.

Com relação aos impactos positivos gerados pela prática da educação cooperativista, 46% dos respondentes assinalam os reflexos na gestão social da cooperativa. Para 17% do total de pesquisado, os impactos positivos se dão na gestão econômica. Para 31% dos respondentes, os impactos da educação cooperativista são sentidos no aumento da produção e qualidade dos produtos comercializados. De forma direta ou indireta, isso está relacionado aos constantes apelos por melhorias dos processos produtivos dos associados, para sobreviverem nos mercados locais e globais onde estão diretamente inseridos. Ainda com 6%, os participantes da pesquisa apontam que o impacto da educação cooperativista é sentido, de modo especial, na participação dos cooperados nos cargos de conselhos, no aumento do quadro associativo e na capacitação dos associados. O gráfico 4 permite a análise dos impactos da educa-

ção cooperativista no desenvolvimento das cooperativas.

Dentre os recursos disponíveis nas cooperativas para financiar a educação cooperativa, encontra-se o Fates, instituído por meio do artigo 28 da Lei 5.764, de 16/12/1971. O Fates é “destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% pelo menos das sobras líquidas apuradas no exercício” (Lei 5.764/1971). A distribuição dos modos de utilização dos recursos do Fates nas cooperativas estudadas pode ser observada no gráfico 5.

Os resultados da pesquisa mostram que, embora o recurso do Fates deva ser empregado prioritariamente para a capacitação dos membros associados, um terço dos recursos destina-se à capacitação do quadro funcional e 58% para assistência técnica (agronômica ou veterinária). Essa expressiva utilização do recurso do Fates para capacitar os funcionários parece estar relacionada ao tamanho da cooperativa.

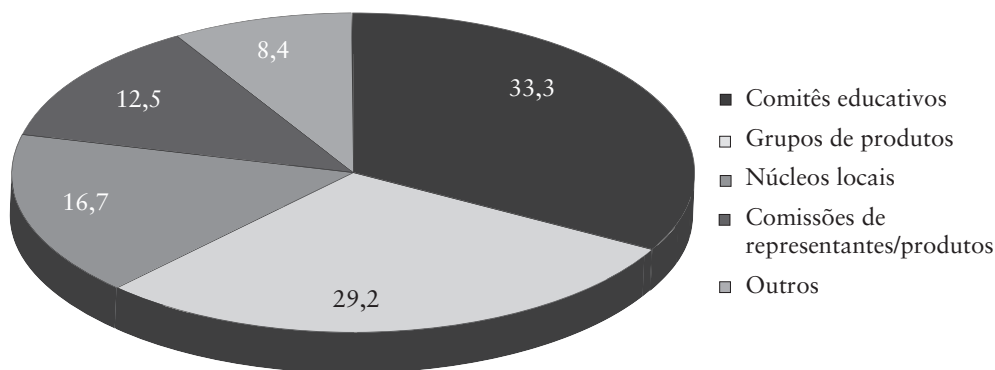


Gráfico 3. Meios de realização da OQS

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2009

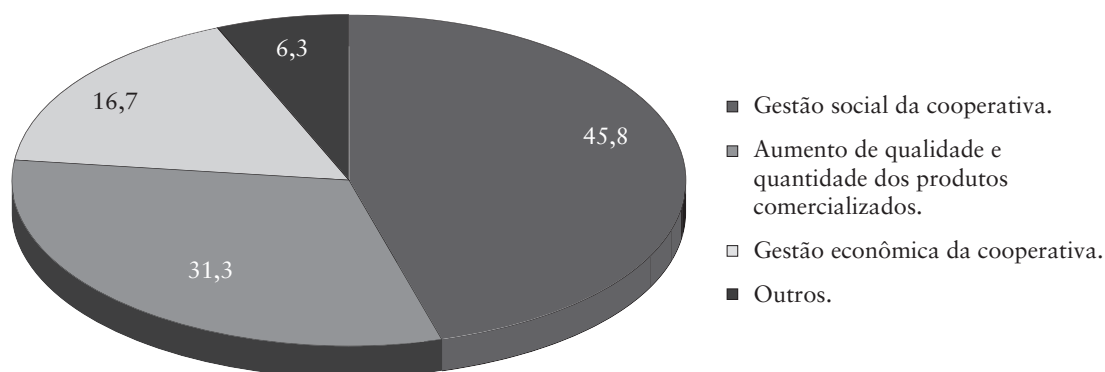


Gráfico 4. Modo como os impactos da educação cooperativista são sentidos nas cooperativas

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2009

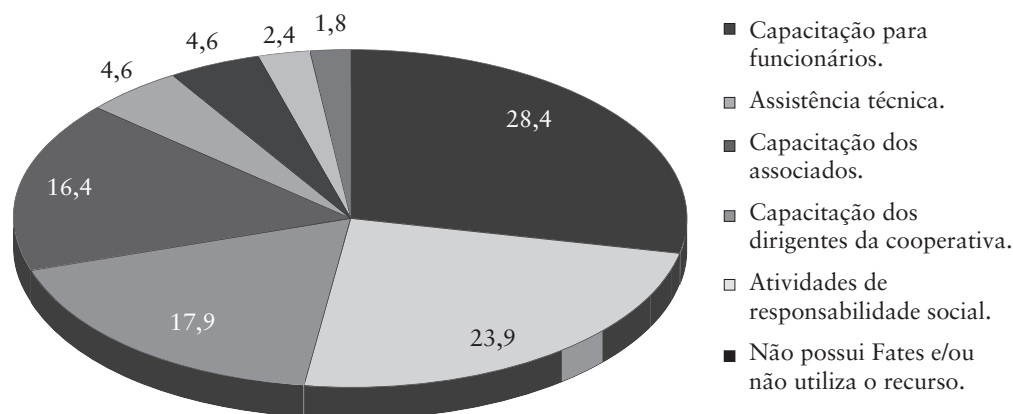


Gráfico 5. Forma de utilização dos recursos do Fates

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2009

As cooperativas categorizadas como grandes (número de associados), acima de 401, que realizam educação cooperativista, utilizam-se de forma mais intensa os recursos do Fates para capacitar seus funcionários. Provavelmente isso se dá em função de que, quanto maior a cooperativa, maior o número de funcionários que necessitam de capacitação sobre os diversos aspectos relativos ao cooperativismo para elevar a

qualidade do atendimento aos associados. Também, nas definições de educação cooperativa apresentadas, não se fazia menção específica à assistência técnica (destinada a aumentar ou melhorar a produção nos estabelecimentos dos associados), embora possa ser considerada inclusa em algumas dessas definições. No entanto, destinar o Fates para assistência técnica é tradicional entre as cooperativas agrárias brasileiras.

Considerações Finais

A educação cooperativista é um dos pilares em que se assenta o desenvolvimento das cooperativas. Isso é reconhecido desde as origens do movimento cooperativo e continua sendo reiteradamente afirmado por integrantes das cooperativas contemporâneas, não só quando perguntados especificamente sobre isso, mas também quando chamados a elencar os pontos críticos que asseguram o êxito destas organizações ou, pela negativa, quando enumeram os principais problemas, as questões vinculadas à deficiente educação cooperativista aparecem entre os “vilões” mencionados em primeiro lugar.

Desse modo, foi possível perceber a polissemia do conceito de educação cooperativista e a diferença também na sua função para as cooperativas, e pôde ser constatada ainda uma grande variedade de públicos e de temáticas promovidas, bem como de metodologias e do tipo de atividades incluídas nos processos de educação destinados às cooperativas agrárias mineiras.

No caso da Emater, esta apresenta uma longa trajetória na realização de trabalhos de educação cooperativista, já que desenvolve ações de promoção da cooperação com grupos de produtores rurais, ao fomentar o trabalho coletivo e a cooperação entre os indivíduos, assim como também questões relacionadas à assistência técnica produtiva são consideradas pelas cooperativas agrárias parte dos conteúdos da educação cooperativa.

Conclui-se, dessa maneira, que o desenvolvimento de trabalhos de edu-

cação cooperativista realizado pelas organizações, de modo especial as cooperativas e a Emater, tem se revelado como autênticos trabalhos de natureza extensionista e tem proporcionado uma série de benefícios às cooperativas que buscam viabilizar em seu cotidiano as orientações e capacitações recebidas.

Referências

- Aliança Cooperativa Internacional (ACI) (s.d.). Recuperado de <http://www.ica.coop/coop/principles.html>
- Amodeo, N. B. P. (1999). *As cooperativas agroindustriais e os desafios da competitividade*. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Anuário do Cooperativismo Mineiro (2008). *Maiores Cooperativas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: OCEMG.
- Dias, M. M. (2007). Extensão rural para qual desenvolvimento? Em M. M. Dias (Org.), *Abordagens Atuais sobre Extensão Rural* (pp. 35-47). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa.
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG). (1994). *Programa de desenvolvimento empresarial da Emater-MG: definições institucionais*. Belo Horizonte.
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG). (1999). *Relatório de atividades 1998*. Belo Horizonte.
- Klaes, L. S. (2005). *Cooperativismo e ensino a distância*. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Pinho, D. B. (2003). A educação cooperativa nos anos 2000 valorizando a cidadania brasileira. Em J. O. Schneider. *Educação cooperativa e suas práticas* (pp. 135-77). Brasília: Unisinos.

- Renault, G. C. y Santana, M. C. G (1996). *Conheça a Emater-MG*. Belo Horizonte: Emater-MG.
- Santos, F. E. G (s.d.). *Educação cooperativista e organização do quadro social de cooperativas*. Belo Horizonte: SESCOOP-MG.
- Schneider, J. O. (1999). *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. São Leopoldo: Unisinos.
- Schneider, J. O. (2003). Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. Em J. O. Schneider. *Educação cooperativa e suas práticas* (pp. 13-58). Brasília: Unisinos.
- Valadares, J. H. (1996). *A Prática de Organização do Quadro Social nas Cooperativas Mineiras*. Belo Horizonte: OCEMG/PNFC/INTERCOOP.
- Valadares, J. H. (2005). Profissionalização da gestão cooperativista: modismo ou necessidade? *Revista Universo*, 3(16).
- Valadares, J. H. (2005). *Participação e poder: o Comitê Educativo na cooperativa agropecuária*. (Dissertação de Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras/MG.